

MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Memória CDI - Comitê para Democratização da Informática (CDI)

Uma psicopedagoga em busca do impacto na comunidade

História de [Ana Maria Jorge de Araújo Champloni](#)

Autor:

Publicado em 13/05/2020

Projeto Memória CDI

Realização Instituto Museu da Pessoa

Entrevista de Ana Maria Jorge de Araújo Champloni

Entrevistado por Lídia Ferreira e Danilo Ferreti

Recife, 22 de outubro de 2004

Código: CDI_TM032

Transcrito por Écio Gonçalves da Rocha

Revisado por Juliane Roberta Santos Moreira

P1 – Ana, boa tarde.

R – Boa tarde.

P1 – Você poderia começar falando o seu nome completo, local e data de nascimento?

R – Ana Maria Jorge de Araújo Champloni. Nasci, sou natural de Pesqueira. Moro em Recife há 14 anos e, qual foi a outra pergunta?

P1 – Data de nascimento.

R – Data de nascimento. Eu nasci no dia 20 de março de 1968.

P1 – Tá certo. Ana, você poderia contar pra gente a sua trajetória até chegar no CDI [Comitê de Democratização da Informática], sua trajetória profissional, até chegar no CDI?

R – Bom, a minha trajetória começou pelo menos, eu tinha 18 anos quando assumi a minha primeira sala de aula. Eu ainda nem tinha entrado na faculdade e fui substituir uma professora numa escola alternativa. Eu vinha de uma escola particular, tradicionalista, e foi o meu primeiro contato com uma linha mais construtivista. Nessa escola, foi a partir dessa experiência que eu comecei a descobrir uma nova forma de fazer educação e quando eu entrei na faculdade, eu já tinha uma certa bagagem sobre o assunto. Na época, Terezinha Carraher, hoje Terezinha Nunes, estava em meio que uma profusão de conhecimentos que deu origem ao livro dela *Aprendendo a Aprender*, tinha toda uma trajetória como uma Emília Ferreiro, a Ana Teberosky, e que encerrava exatamente esses conhecimentos do construir. E pra mim foi um marco esse momento, porque, de repente, eu acho que entrei na educação num momento certo. E a minha trajetória de vida, profissional, se iniciou a partir desses estudos. Logo em seguida, quando saio da Universidade, eu tenho uma licenciatura para trabalhar com segundo grau e orientação educacional. A minha vertente foi bem a parte de cognição, de psicologia, de aprendizagem e tudo mais, então tentei construir, fazer essa construção baseada de como que a pessoa aprende. Quando eu saí da Universidade eu tinha um sonho de fazer Psicopedagogia, mas aqui em Pernambuco não tinha o curso, aí eu tive que realmente ficar esperando. Mais ou menos uns seis anos depois, eu acredito, da Universidade, eu já tava na Prefeitura, quando eu entrei no curso de Psicopedagogia. E aí eu acredito muito que esse curso me deu uma formação mais amadurecida, vamos dizer assim, frente às outras coisas que eu já tinha construído. Em 1995 eu entro num concurso pra Prefeitura do Recife e passo nesse concurso e fico na Prefeitura durante nove anos, quando eu saí pra vir pro CDI. Então essa trajetória, apesar de ter tido uma única experiência numa escola particular, mas eu sempre busquei uma camada mais popular. Eu sempre me identifiquei com as comunidades. Quando eu entrei na Prefeitura comecei com uns “ticozinhos” de gente, daí eu fui pra Educação Fundamental. E aí eu já tinha passado por vários momentos na Prefeitura, desde assumir um cargo como técnico pedagógico, de fazer projetos, de capacitação de estagiário. Quando eu cheguei no CDI eu já tinha uma construção meio que ampla. Eu já tinha passado por um consultório como psicopedagoga trabalhando as dificuldades de aprendizagem, já tinha passado por momentos de avaliação institucional em escola. E o CDI, hoje, eu diria que ele completa uma vivência interior. Então a gente sempre diz que no CDI é bom, porque não adianta, não tem rotina. É verdade isso. Tem sempre uma coisa nova pra você aprender, pra você estar desenvolvendo. E eu cheguei no CDI ano passado depois de ter visto o anúncio do pessoal na Hits. A pedagoga estava saindo, fazendo um movimento contrário a mim, estava na ONG e entrando no Segundo Setor. Eu estava saindo do Segundo Setor para entrar no Terceiro, que foi uma busca do meu projeto profissional, era exatamente isso que eu queria.

P2 – Como você encontrou o CDI e a área pedagógica no momento?

R – No momento que eu entrei no CDI foi de reestruturação da proposta. E aí também, de novo eu tive um pouquinho de sorte, porque o pessoal já tinha discutido bastante sobre a proposta anterior. Já estava a meio caminho andado. Eu peguei o bonde andando, mas aí a gente teve que condensar e sistematizar toda uma construção da rede. Quando eu entrei a gente tava em fins de reestruturação dessa proposta político-pedagógica. Em 2002, em janeiro, eu já iniciei algumas capacitações, em fevereiro, de umas três EICs [Escolas de Informática e Cidadania] mais ou menos. E aí o volume foi aumentando, mas ainda dentro de uma proposta antiga. Em setembro foi o Encontro Internacional da Rede.

P2 – Em setembro de...

R – De 2002. Aí eu tava lá e foi quando a gente, eu fui capacitada dentro da metodologia, a proposta nova da rede. Eu trouxe pro CDI as novas reformulações. Desde então, a gente vem tentando sistematizar a nova proposta junto das EICs.

P1 – O que foi essa reformulação? Que pontos estavam sendo discutidos, questionados? O que estava tentando se implementar?

R – Outros pontos.

P2 – Complementando, quer dizer, o que era a proposta anterior e em o que muda?

R – Tá. A proposta anterior consistia em vários projetos. Existiam muitas vertentes, vamos dizer assim, teóricas dentro da proposta e elas eram meio que antagônicas, se batiam um pouco no processo. Então, quando a gente falava de Paulo Freire, que não é um método, é uma teoria de aprendizagem, mas o Paulo Freire traz pra sala de aula formas de aprendizagem. Como o educando aprende? Ele estabelece que o ponto principal é o diálogo e que existe uma construção dessa crítica, dessa reflexão, dessa realidade do aluno, mas através dele. Não seria uma coisa de cima pra baixo, quer dizer, vertical. Seria horizontal. O quê que batia quando a gente falava de Paulo Freire é que o Paulo Freire deixa aberto justamente o que vai se aprender na sala de aula a partir do aluno. É o aluno que dá, vamos dizer assim, mais que uma vertente do tema a ser trabalhado. Quando a gente entrava para o projeto, a gente chamava de projeto pedagógico. O que ia de encontro à proposta de Paulo Freire, visto que o tema já estava elaborado. E aí cada aplicativo tinha um projeto e um outro, cada dois projetos mais ou menos, pra ser executado, construído na sala de aula. Então a gente via Windows, e aí a gente via o cidadão, o ECA, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando entrava no Word a gente já esquecia aquilo e trabalhava o jornal, qualificação profissional, o currículo, e por aí ia. O que a gente percebeu é que a gente estava dicotomizando, na realidade, essa construção desse ser social. E aí a gente imaginou que, ao invés de vários projetos, a gente poderia efetivamente estar trabalhando com um projeto social, já que o que a gente queria era fazer um impacto dentro da comunidade. Isso só seria possível quando os alunos percebessem qual seria a situação de crivo, situação limite da comunidade, qual seria a ação

que reverteria esse problema. Aí seria o impacto que a gente desejava. Então, mudamos de projeto pedagógico para projeto social, que é muito mais condizente com Paulo Freire. Eu acho que ele agradeceu muito. Essa foi a principal reformulação. A rede hoje já se revê, já se olha em direção a uma avaliação que mais se aproxima desse projeto. Fazer projeto de comunidade, projeto social, não é fácil. É algo que não tem, eu não diria objetividade, mas fica muito em torno daquela realidade, de como aqueles sujeitos vêm a realidade. Então muda de uma sala pra outra, de uma necessidade pra outra, enfim. Então, se o projeto não é o mesmo, a avaliação muda, mas o que não pode mudar são os indicadores dessa qualidade, o que é uma coisa não muito fácil de construir, precisa toda uma caminhada. Então a gente continua, eu diria, reformulando a proposta, mas construindo ainda a proposta da rede.

P2 – E qual é o foco principal dessa pedagogia, da transmissão dessa pedagogia, da formação a partir dessa pedagogia? O que vocês focam? Qual é o público que seria o primeiro?

R – Os nossos educadores, dentro da capacitação, como é que a gente vê esse educador? Em primeiro lugar a gente vê esse educador, que é um comunicador, que vem de uma comunidade. É um educador popular. Existem muitas vertentes. Existem, vamos dizer assim, alguns teóricos que trabalham com isso. Mas a gente precisa ver que dentro dessa formação ele tem que conhecer quem é Paulo Freire. Seria importantíssimo que isso ocorresse. Qual é o perfil desse educador? Qual o papel social desse educador? Vamos então levá-lo a planejar que tipo de movimento político essa educação faz. Então seria um movimento transformador ou, primeiramente, mantenedor. E aí nós começamos a construir essa identidade com ele. E eles ficam absolutamente livres pra estarem juntos conosco, evidentemente. Eu digo livre, não é tipo cada um faz o que quer, mas livre no sentido de uma busca interior. Eu não preciso estar dizendo o que você tem que fazer, mas eu preciso mostrar como é que você precisa fazer essas coisas. O foco seria esse. Seria um educador popular, um educador que estivesse envolvido com uma transformação, que estivesse já envolvido em algum tipo de movimento popular, seja religioso ou não, mas que estivesse inteirado dentro de uma proposta de transformação dessa comunidade. Que ele conhecesse a sua realidade, que ele tivesse uma leitura de mundo numa visão o mais próxima possível de ser crítica. Mas é evidente que a gente não encontra um perfil total.

P1 – A questão é essa. O que vocês encontram, qual é a realidade, afinal de contas, que durante a capacitação, vocês entram em contato? Quem são esses educadores que chegam pra vocês discutirem junto? Como é recebida também a proposta?

R – A gente torna a coisa, eu diria, o mais fácil possível. Mais plausível para que eu possa estar olhando e enxergando essa proposta com bons olhos. A gente desvela alguns mistérios em torno do que é o projeto, de como fazer um projeto social, o que é isso, quais os atributos necessários. Temos um misto de jovens. A gente tem jovens que ainda nem concluíram Ensino Fundamental II, jovem com Ensino Médio. E aí a gente já vê uma diferença enorme, porque a leitura de mundo já é uma outra. A gente tem um jovem que já concluiu.

P2 – Esse jovem são os educadores, que você está falando?

R – Exato. Então a gente não exclui ninguém de ser um voluntário do CDI. O que nós fazemos é indicar qual a posição que ele deve tomar na EIC, se de educador ou se de auxiliar. Se de educador, isso significa que ele atingiu um determinado patamar de critérios, então, leitura de mundo, a questão técnica tá legal, ele pode ir em frente. Se inferior a isso, ele fica como auxiliar com outro educador, e a formação dele é mais longa. Ele recebe todas as capacitações que o educador recebe, mas fica como se tivesse fazendo um estágio. As principais defasagens que a gente vê são as escolares, muita dificuldade de interpretação de texto, de verbalização, de contextualização escrita ou oral. A gente sente muita defasagem quando trabalha em Excel. A questão lógica. Não precisa contar, mas uma lógica, uma simples tabela.

P2 – Podia dar um exemplo?

R – Pronto, uma tabela. Eles não entendem a relação, o cartesiano da tabela, por exemplo. Então quando você chega no Excel para trabalhar uma planilha, que é a noção da tabela tá dentro da planilha.

P2 – _____.

R – Exato. O gráfico fica pobre porque também não tem uma construção de uma linguagem não verbal, que seria o próprio gráfico. Então, o que a gente tentou estruturar na capacitação, principalmente a capacitação continuada, é exatamente isso, trazer mais texto, mais música, mais formas de estar digitando coisas que vêm na cabeça, momentos de “Vamos avaliar o dia de hoje.” Então escreve. Então se teria que a gente pudesse estar ajudando esse jovem, fora dos muros da escola, a se darem bem de repente não necessariamente no CDI, mas na vida dele. E aí a gente sente uma defasagem no nível escolar às vezes muito grande. E, às vezes, tão gritante que eles são pouquíssimos, mas a gente já perdeu voluntário porque ele, de repente, quando chegou na máquina, disse: “Eu não vou conseguir.” Travou. E aí a gente tenta resgatar, “bota” mais capacitação e não sei o que. Mas eles não conseguem. E aí a limitação, a própria estima, porque é uma coisa que a gente precisa estar resgatando também. É um dos pontos de defasagem. A gente não consegue reverter o quadro e realmente eles saem, o que é uma pena.

P2 – A formação oferecida pelo CDI ela dá conta? O quê que ela pode dar conta dentro quadro de limitações nesse nível que você coloca?

R – Eu acho que o que a gente faz ainda é bem pouquinho. É muito pouco. Eles passam numa oficina pedagógica, que é a capacitação inicial, vinte horas. Mas você tem um programa muito denso. A gente precisa estar trabalhando textos como Paulo Freire. Tem que fazer um mural pra saber se encaixou na cabeça as coisas. Então, quatro horas com vinte pessoas, às vezes eles trabalham, eles não estão acostumados com esse ritmo de trabalho da escola. E aí eles são lentos. A gente precisa dar um tempo, esperar. Os “puxa”, _____. “Puxa” de novo. Depois a gente tem dois momentos: oito horas pra trabalhar projeto social, como fazer, o que é, o projeto de vida, o que é um projeto. Então tem todo um sistema de cadenciamento, de construção em ondas, vamos dizer assim, para que eles possam chegar a entender a metodologia do CDI. Quando eles entram pra capacitação inicial, pra cada aplicativo, eles só têm 16 horas. Então, assim, o que a gente faz é muito pouco. Mas a gente também sabe que se a gente alargasse mais, provavelmente eles não teriam disponibilidade.

P2 – Porque são voluntários?

R – Porque são voluntários. Então, não tem como a gente estar puxando muito, infelizmente.

P1 – Quais são as formas? Tem alguma forma de acompanhamento da atividade das EICs? Como é feito isso daí?

R – Nós temos o pessoal de campo que está indo a campo a cada 15 dias, dependendo da necessidade da escola. A gente já tem escola que tá caminhando direitinho, que a gente está respirando com ela um pouco mais. Então, uma vez por mês, mas são poucas. O pessoal de campo consegue detectar se há algum problema a nível de capacitação, algum problema de defasagem dentro dessas aulas e isso é pontuado para o pedagógico. A gente se estrutura internamente, uma vez por semana, campo e pedagógico estarem reunidos, aí fazemos os estudos de casos necessários. Quando o pedagógico sente que não tem jeito, tem que ir a campo, aí a gente se propõe a ir. Uma outra forma de acompanhar e de até criar mais novas oportunidades para que essa capacitação continue, permaneça, é o encontro de educadores e coordenadores que acontece uma vez por mês. E aí a gente leva temas bem grandes, tipo empregabilidade, DST Aids, uma coisa que em referência às necessidades deles e que gera também discussões, trabalhos em grupo. E eles sempre saem com alguma coisa dentro da malinha. Mas o acompanhamento ele é feito assim, por semana, nesse sistema. A programação pedagógica quando eu entrei, a gente não tinha uma estrutura, um plano pedagógico arrumado, vamos dizer assim.

P1 – Você foi a primeira coordenadora?

R – Não, fui a segunda. E aí, como eu já tinha vindo de um trabalho que a gente precisava ter todo um volume de avaliação e tal, eu senti que esse era o ponto de defasagem em relação à coordenação pedagógica. Então, como estabelecer uma capacitação se você não sabe pra quem você está administrando? Qual a necessidade das comunidades? Então a gente começou a estabelecer que o acompanhamento pedagógico, ele tinha pelo menos três vertentes: uma vertente que seria uma preventiva, e aí dentro das capacitações a gente poderia estar detectando, junto com os educadores, o quê que eles estavam precisando mais. Ali a gente já constituía todo um jogo de interação com ele pra que ele pudesse estar jogando pra gente qual as dificuldades dele dentro da sala de aula. Então a gente já conseguia prever, mais ou menos, e colocar em todas as capacitações nas mesmas coisas, porque a gente começou a perceber que se repetia. Depois a vimos que tem uma coisa mais contínua, que é a visita e o relato de campo. E depois uma que a gente chama de, não seria mais a preventiva, mas quando o problema já estaria instalado. Eu esqueci a palavra agora. Daqui a pouco ela chega. A gente poderia estar trabalhando naquele ponto. Então, tem algumas EICs, por exemplo, que eu tive que ir à comunidade. E é um programa novo, com uma estrutura totalmente diferente, que é o Inter Jovem. Então o pedagógico foi in loco. Reunia os educadores e o coordenador e a gente discutia quais as nossas principais dificuldades, “O que vocês acham e como vocês vêem que podem estar solucionando essas dificuldades?” e depois o pedagógico apontava e amarrava com eles a meta, um plano de ação. Então seria exatamente assim que o pedagógico... Mas a gente entende que tem muita coisa ainda pra mudar. A oficina pedagógica não ser estabelecida antes de Carol (?), mas junto com a capacitação continuada. Então isso dentro de um processo. Então, eles não iriam sentir a coisa. “Ah, vou fazer mais vinte. Depois vou fazer 16, depois vou fazer seis, não sei o quê”, porque iria sentir que seria uma única capacitação.

P2 – A rotatividade é muito alta, dos educadores?

R – Nós tivemos abertura de EIC ano passado, em julho. De julho pra agosto. Nós tínhamos uma meta pra abrir 20 EICs. Foi uma enxurrada, porque a gente tinha EIC com três educadores, com dez, com quinze, com cinco, e por aí. De cara, na capacitação, a gente já detectava aqueles que não iam permanecer. Porque a gente via que não tinha um movimento, que não entendia o processo, que tava ali meio que “Tá, mas eu to aqui fazendo o que nessa parada de ônibus.” E aí a gente teve um volume bem alto de evasão de educadores. Geralmente os nossos educadores, quando saem, saem por motivo de emprego. A gente chora, porque a gente tem que trabalhar um monte. Mas a gente também acha isso legal, porque é um caso de sucesso nosso também, da EIC. Mas ele não é um volume muito alto. Eu não sei te dizer hoje, com porcentagem, de uma

forma verdadeira. Não sei te dizer isso. Mas ele não é tão alto.

P1 – Quais seriam as experiências mais interessantes, em termos de pedagogia, de projeto que vocês têm aqui no CDI Pernambuco?

R – Até o ano passado a gente tava muito centrado na antiga proposta. Os meninos, eles agora que estão vindo, sendo capacitados na proposta nova. Então a gente não tem nenhum plano, nem um projeto de ação efetivo como nós gostaríamos de ter. Mas tem casos de feira de conhecimentos pra comunidade, de passeatas anti-drogas, de revista, que a EIC produziu revistinha, quer dizer, um projeto de revista que nasceu do jornal e que não foi à frente porque a EIC não conseguiu patrocinadores e uma coisa nesse sentido. Então, os projetos que vieram pra gente são localizados nesse sentido. Eu vejo como positivo, mesmo tendo uma proposta para implementar, porque antes, na proposta antiga, eles não conseguiam fazer. Então a gente contava nos dedinhos. Eram sempre as mesmas EICs. Então hoje a gente tem uma EIC bem novinha, assim, que fez uma passeata. Então uma que tá fazendo uma feira de conhecimento. Isso quer dizer que a proposta tá amadurecendo naquela EIC, o que eu acho que é um passo positivo pra gente chegar aonde a gente quer. Basta a gente chegar no momento certo pra eles. Seria mais ou menos isso.

P2 – Que critérios vocês usam pra avaliar que é uma EIC boa, que se desenvolveu bem e outra não. Quais são os critérios?

R – O CDI Pernambuco, atualmente, ele está se estruturando dentro do Projeto Philips, para o fortalecimento das EICs. E a rede já faz isso. Tem a EIC fase um, fase dois e fase três. O que seria a fase um? Seria aquela que tá iniciando, que ainda é dependente da gente pra tudo, que não concluiu suas capacitações, que esse educador demanda muito da coordenação pedagógica ainda, porque ele não vai deixar de demandar. Mas que está sempre ligando: “Olha, como é que eu faço assim?” Manda o plano de aula pra saber se a gente gostou, se não gostou. Então tem um relacionamento de dependência. Uma fase dois é aquela fase intermediária, de desligamento. Eu digo: “Ah, vocês fizeram isso?” “Ah, fizemos.” Do tipo: “É, pois é, né?” Mas ainda tem uma certa dependência, principalmente em relação às máquinas. Não tem estrutura pra estar cuidando de pequenos problemas que as máquinas possam apresentar. Na fase três elas já são auto-sustentáveis e autônomas até um determinado momento. Porque até um determinado momento? O CDI cede as máquinas e entra com a capacitação desses educadores. A gente sabe que a proposta, e o nome já diz, é uma proposta, ela sempre vai estar em construção. Então o que de novo vier, as capacitações devem ser refeitas novamente. Então, eles não vão conseguir nunca ser autônomos nesse sentido. Mas a gente espera que um dia elas possam funcionar sozinhas e dizer: “Olha, a gente pode andar sem vocês. Muito obrigada.” Hoje o CDI Pernambuco avalia dentro de parâmetros que a gente escolheu. Então quando a gente vê que uma EIC tem problemas políticos, por exemplo, entre um coordenador da EIC e o coordenador da instituição que abriga a EIC. A EIC tem que se mudar. A EIC tá sempre naquela “laminha” porque depende só do dinheiro dos meninos, dos alunos. Não tem parceiros, não tem uma boa articulação. Então a gente entende que essa ainda não é uma fase três. A gente atualmente não tem nenhuma fase três. A gente tem uma fase dois forte, que é em Caetés, é creche, que é Vivendo e Aprendendo. São pessoas que já estão articuladas, que estão dentro do processo, que criam em cima das coisas que o CDI fornece. Então eles pegam uma ficha de inscrição. Recebi uma agora. É tudo igual, mas eles continuavam na ficha de inscrição perguntando: “Como é que você soube desse curso? O que você espera deste curso? Como você vai contribuir para o curso?”

P2 – São questões que eles acrescentaram?

R – Que eles, exatamente. Então, quer dizer, quando eles começam a criar em cima do que a gente já faz, então a gente diz assim: “Olha, é um ponto bom.” Então, a gente não tem uma coisa estruturada, apesar de a gente ter um plano de monitoramento e avaliação. Esse plano amadureceu muito aqui, pra esse olhar. Mas a gente ainda não tem uma coisa sistematizada. “Não, é esse indicador que eu quero.” Os indicadores que a gente tem são em relação a essa autonomia da EIC enquanto a parte financeira. Os educadores evadem pouco e conseguem criar monitores da sala de aula. Então, quando eles mandam pra gente na capacitação, ex-alunos, ta funcionando, estão formando multiplicadores. É um bom indicador. Então a gente vai pincelando, pontuando a nossa avaliação em torno deles nesse sentido.

P2 – Tem condições que propiciam um melhor desenvolvimento do que outro, por exemplo? Quer dizer, tipo assim, vamos dizer, um exemplo. Por exemplo, as associações de moradores geralmente criam condições melhores para o desenvolvimento de uma EIC ou não? Eu não sei. Por exemplo...

P1 - _____

P2 – Que tipo?

R – Legal essa pergunta. A gente vê o seguinte, que a EIC por si só ela não vai chegar a lugar nenhum. Mas com o CDI sozinho também não chega. Ela precisa de parcerias. Uma das parcerias que ela tem é a própria Associação, Clube de Mães, o Centro Comunitário, e por aí vai. Quando esse Centro é parceiro e vê a EIC como um trabalho deles, a coisa flui que é uma beleza. Porque eles tendem a aconchegar mais essa EIC. Esses educadores, eles são mais abastecidos em termos de acompanhamento. Eu não diria de serem cobrados, mas de se sentirem aptos

pra essa cobrança, de continuar, de se envolver. Quando isso acontece, como é o caso de Padre Umberto que já tem uma articulação gestora muito bem participativa, então as ações são decididas coletivamente, mas porque a própria associação permite isso. Em contrapartida, a gente tem uma turma que é tipo Saisse (?). A gente vê que ainda as coisas não conseguiram, vamos dizer assim, se verem juntas. E aí eles estão meio que aprendendo e criando um contrato de convivência entre eles, o que eu estou achando muito bom.

P2 – Entre a EIC e a entidade?

R - Exatamente. A entidade tem trabalhos bons com os jovens, tem várias atividades. É que parece que fica meio que aqui e a EIC aqui num outro lado. Mas quando não precisava. Então eles estão construindo esse contrato de convivência. Então a gente viu que, no meio do processo, a coisa entrou. Travou de um jeito que a gente teve que: “Vamos sentar, vamos conversar e tal.” Tem outros casos também. Mas quando a EIC assume muitos parceiros também não dá certo. Entendeu? Como é o caso de Estrelas.

P2 – Assume muitos parceiros em que sentido?

R – Por exemplo, o Chão de Estrelas. Tem a EIC Estrelas e tem o Centro Chão de Estrelas. A EIC é um projeto do Centro. Mas o Centro assume outros parceiros como o CDI, a Visão Mundial, a Secretaria de Saúde através dos PSs [Prontos Socorros] e dos agentes comunitários. Então o que acontece? Um acúmulo de atividades pro mesmo lugar. Como não existe um quadro muito grande de pessoas pro Centro, todo mundo faz tudo. Então isso onera a EIC no sentido de que o educador já tem outras atividades, mesmo eles sendo pagos. Interfere no trabalho da EIC. Então a gente vê isso claramente. Eu tô citando exemplos mas a gente tem outros. E aí, quando a gente detecta, a gente tende a dizer: “Olha, vocês acham? Está acontecendo isso e isso. O que vocês vêem disso tudo?” Mas é uma construção técnica. Não para.

P1 – E desafios para o futuro, Ana? O quê que vocês têm como programa, o que vocês pensam daqui pra frente na área pedagógica como grandes desafios? _____?

R – Dentro do planejamento do pedagógico, a gente iniciou reestruturando as capacitações porque a gente fazia cidadania dentro do CDI e informática fora, num outro lugar. Então a gente separava ainda mais o conceito dentro da cabeça dos coitados dos educadores. Então a gente conseguiu unir isso. Cada um trabalha as duas coisas. Mas ainda falta a parte da metodologia, e que a gente quer implementar isso dentro. É um grande desafio. Então, como colocar, dentro de uma capacitação, que o educador precisa estar entendendo a parte metodológica, fazendo essa construção desse papel de educador e ainda criando e construindo conhecimento para trabalhar com o aluno? Esse é um desafio. Um dos desafios da gente é realmente ver, de fato, algum dia, a ação acontecer na EIC. O projeto ser um projeto de ação. Acho que no dia que acontecer eu vou soltar rojão, assim.

P2 – Deixa eu te perguntar uma coisa. Vocês também capacitam os coordenadores pedagógicos, quer dizer, os coordenadores de EICs?

R – Eles podem assistir as mesmas capacitações que os educadores. Mas porque eles entram em sala de aula também. Aqueles que não entram, a gente vê como eles ficam separados da prática, não entendem muito bem, cobram coisas sem sentido.

P2 – Vocês oferecem a mesma capacitação dos educadores aos coordenadores de EIC, mas não é obrigatório, é isso?

R – Não. Mas aí o quê que a gente viu? A gente viu que tem que ter uma capacitação para coordenador. E aí, nessa capacitação tem gestão, gestão de conflitos, o âmbito financeiro, tudo que envolver a administração da EIC mais a parte de metodologia. Que ele não vê como educador, mas ele vê Paulo Freire.

P2 – E isso vocês desenvolvem?

R – A gente tem implementado para o 2005. Pra gente iniciar as capacitações em 2005.

P2 – Ah, em 2005 vocês vão fazer a formação dos coordenadores de EICs?

R – Exato.

P2 – Com esses termos?

R – Exato.

P2 – Você quer falar sobre algum assunto que nós não perguntamos, algum fato que você se lembra, um tema que fosse interessante?

P1 – Um aspecto não abordado.

R – Não. Eu acho que vocês contemplaram, assim, pelo menos o que diz respeito à coordenação pedagógica. Eu acho que estou satisfeita.

P1 – Obrigado, Ana, de ter dado esta entrevista. Eu te agradeço.

R – Obrigada.